A Revolução da Concórdia — Aprender a Discordar para Construir uma Democracia Mais Madura

Publicado em 2026-11-27 11:00:00



Concórdia — Aprender a Discordar para Construir uma Democracia Mais Madura

Um caminho para renovar a cidadania portuguesa através da escola, da escuta, do pensamento crítico e da dignidade de todos.

> **Nota de abertura:** A liberdade de discordar é uma conquista. Saber exercê-la sem negar a dignidade de ninguém é uma aprendizagem colectiva. Este artigo propõe caminhos, não inimigos.

A democracia portuguesa conquistou o direito de escolher governantes. Mas a liberdade de votar, por indispensável que seja, não garante por si só uma cultura de respeito, de responsabilidade e de participação. As instituições podem continuar de pé enquanto a confiança entre cidadãos se desgasta lentamente.

Quando uma divergência é interpretada como ofensa, quando uma crítica se transforma numa declaração de guerra e quando a dignidade de alguém depende do grupo político a que pertence, a vida pública perde a sua linguagem comum. O adversário deixa de ser um concidadão e passa a ser uma ameaça.

Não é necessário concordarmos sobre impostos, habitação, imigração, segurança ou organização do Estado. É necessário, isso sim, aceitarmos que nenhuma dessas discordâncias retira a alguém a sua condição de pessoa, a sua liberdade de expressão ou o direito de participar nas decisões colectivas.

Uma sociedade justa não pode medir a gravidade de uma injustiça pela identidade da vítima. O abuso de poder é censurável independentemente de quem o sofre; a arbitrariedade não se torna aceitável quando atinge alguém de quem discordamos.

Esta reciprocidade deve tornar-se uma regra cívica elementar: defender para os outros as garantias que exigimos para nós. O respeito não obriga à complacência perante discursos que incitam à violência ou à discriminação. Obriga, pelo contrário, a defender direitos universais com critérios consistentes e com respeito pelo Estado de direito.

Concordar com uma pessoa não é condição para a tratar com justiça. E discordar dela não nos dispensa de ouvir os seus argumentos.

A escola como laboratório da democracia

A transformação mais duradoura começa no ensino, mas não através de uma doutrina oficial que diga aos alunos o

escola reserve tempo regular para assembleias de turma, debates moderados, projectos cooperativos e exercícios de mudança de perspectiva. Num debate, um aluno deve ser capaz de apresentar fielmente o argumento do outro antes de o contestar. Noutro, poderá defender temporariamente uma posição diferente da sua.

A avaliação deve valorizar a qualidade das perguntas, o uso de fontes verificáveis, a escuta, a capacidade de rever uma conclusão e o respeito pelas regras comuns — nunca a adesão a uma opinião partidária. A formação dos professores, o tempo lectivo e os recursos necessários não podem ser deixados ao improviso.

A educação democrática também se aprende pela experiência: uma escola que convida à participação, justifica decisões e admite corrigir erros ensina mais cidadania do que dezenas de discursos sobre tolerância.

Cinco exercícios para uma cidadania viva

- Ouvir e resumir fielmente a posição contrária.
- Debater com fontes e argumentos verificáveis.

legítimos.

- Resolver conflitos com mediação e respeito mútuo.

O pensamento crítico exige humildade intelectual

Pensar criticamente não é desconfiar de tudo nem declarar que todas as opiniões têm o mesmo valor. É perguntar de onde vem uma afirmação, que provas a sustentam, quais são as explicações alternativas e o que nos faria mudar de ideias.

Num ambiente digital alimentado pela velocidade e pela indignação, é particularmente importante distinguir factos de interpretações, notícias de comentários e erros honestos de campanhas deliberadas de manipulação. A literacia mediática e digital deve acompanhar todas as idades, não apenas os alunos.

A humildade intelectual não é fraqueza: é a coragem de reconhecer que podemos estar enganados. Uma conversa em que alguém muda de opinião à luz de melhores

Aprender a ganhar e, sobretudo, a perder

A democracia exige uma disciplina difícil: aceitar resultados legítimos sem desistir da crítica, e exercer o poder sem tratar uma maioria eleitoral como autorização ilimitada.

Quem vence uma eleição deve governar para a comunidade inteira, respeitar a fiscalização, prestar contas e proteger os direitos das minorias. Quem perde deve poder contestar, organizar-se e preparar alternativas, sem deslegitimar automaticamente as regras partilhadas.

O mesmo princípio deve entrar nas associações, nos clubes, nas escolas e nas autarquias. A experiência de perder uma votação e continuar a colaborar é uma aprendizagem democrática de enorme valor.

O exemplo tem de vir das instituições

Não podemos pedir civilidade aos cidadãos enquanto os seus representantes confundem debate com insulto.

Uma proposta prática seria instituir sessões públicas de escuta com regras claras: divulgação antecipada dos temas, tempo equilibrado de intervenção, resposta fundamentada às questões e publicação do que foi aceite, rejeitado ou remetido para estudo. Escutar não é prometer concordar; é demonstrar que a participação tem consequências.

As instituições devem ainda comunicar com linguagem compreensível, disponibilizar dados acessíveis e admitir erros sem transformar cada rectificação numa crise de prestígio. A autoridade democrática fortalece-se quando presta contas.

Jornalismo que esclarece em vez de incendiar

A comunicação social tem uma responsabilidade especial: verificar factos, contextualizar conflitos, distinguir notícia de opinião e permitir que posições relevantes sejam escrutinadas com o mesmo rigor.

Pluralismo não significa conceder igual credibilidade a uma falsidade demonstrada e a uma afirmação sustentada

partilham responsabilidades. Antes de reenviar uma acusação, devemos perguntar se conhecemos a fonte e se aceitaríamos o mesmo padrão de prova caso a acusação atingisse alguém próximo de nós.

Uma agenda concreta para os próximos cinco anos

No primeiro ano, o Ministério da Educação, escolas, universidades e organizações independentes poderiam desenhar projectos-piloto voluntários de debate estruturado e mediação de conflitos, com critérios públicos de avaliação e salvaguardas contra doutrinação.

Entre o segundo e o terceiro anos, os programas com resultados promissores poderiam ser alargados, acompanhados por formação de docentes e materiais abertos. Bibliotecas, associações locais e universidades seniores poderiam acolher oficinas intergeracionais de literacia mediática e diálogo.

Entre o terceiro e o quinto anos, municípios e instituições públicas poderiam testar assembleias deliberativas de cidadãos, seleccionadas com diversidade social e territorial, para estudar problemas concretos e

O progresso deveria ser avaliado por indicadores prudentes: participação voluntária, capacidade de resumir correctamente opiniões divergentes, qualidade da argumentação, resolução não violenta de conflitos, confiança nos procedimentos e transparência na resposta institucional. Nenhum número isolado mede a maturidade democrática; os indicadores servem para aprender, não para fabricar propaganda.

A concórdia não é silêncio

Importa afastar um equívoco: a concórdia não exige que os injustiçados se calem, que os trabalhadores abandonem reivindicações ou que a sociedade deixe de protestar. Uma democracia saudável precisa de contestação, sindicatos, movimentos cívicos, oposição política e imprensa independente.

A diferença está no método e no horizonte: firmeza sem desumanização, conflito sem ódio, protesto com direitos e responsabilidades, compromisso sem abdicação de princípios fundamentais.

A concórdia democrática não é uma fotografia de pessoas sempre de acordo. É a capacidade de continuar a

O compromisso que começa em cada um de nós

Não será uma lei, uma plataforma digital ou uma campanha publicitária a produzir, por si só, cidadãos mais livres. A mudança começa em hábitos discretos: ouvir até ao fim, pedir provas sem humilhar, reconhecer uma boa razão vinda de um adversário e corrigir uma afirmação injusta mesmo quando favorece o nosso lado.

Portugal não precisa de uma sociedade sem divergências. Precisa de uma sociedade onde a divergência deixe de ser pretexto para negar a humanidade do outro.

A verdadeira revolução da cidadania será esta: aprender a discordar em concórdia, a ganhar sem arrogância e a perder sem ressentimento. Só então a democracia deixará de ser apenas o regime em que vivemos para se tornar, plenamente, a forma como escolhemos viver juntos.

> *Uma democracia amadurece quando os cidadãos deixam de precisar de vencer todas*

Nota Editorial

Este texto é uma crónica de opinião e uma proposta cívica, não um relatório estatístico nem uma posição institucional. As medidas apresentadas são recomendações do autor, abertas a discussão, experimentação e avaliação independente.

As publicações internacionais citadas fundamentam a importância da educação para a cidadania democrática, da participação, do pensamento crítico e do respeito pelos direitos humanos; não constituem prova de que todas as medidas propostas tenham sido testadas ou de que produzirão automaticamente os resultados desejados em Portugal.

A crítica a práticas políticas, mediáticas e institucionais deve ser feita sem generalizações sobre todos os seus profissionais. A defesa da concórdia é inseparável da defesa do direito ao

Referências credíveis

- UNESCO (2023) — Recomendação sobre Educação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável
- Conselho da Europa — Reference Framework of Competences for Democratic Culture
- OCDE — OECD Learning Compass 2030
- OCDE (2025) — OECD Teaching Compass

Augustus Veritas
Fragmentos do Caos
FC-Chronic-News